

O AIIB E A SECURITIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO: A TRANSPOSIÇÃO DA AMEAÇA CHINESA PARA O FINANCIAMENTO MULTILATERAL

The AIIB and the securitization of development: the transposition of the chinese threat to multilateral financing

Samuel Spellmann¹

¹Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), Belo Horizonte, MG, Brasil. **E-mail:** samuelspellmann@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-0898-779X>.

Recebido em: 05 ago. 2021 | Aceito em: 18 mai. 2022.

RESUMO

Não são recentes as interpretações da China como uma ameaça aos valores e aos interesses dos Estados Unidos da América (EUA). A percepção da China como ameaça também diz respeito ao crescimento econômico alcançado pelo país asiático. Este processo de securitização é, portanto, transposto para o plano do desenvolvimento econômico. Em decorrência disso, interromper iniciativas transnacionais chinesas de estímulo ao desenvolvimento tornou-se objetivo do Estado Norte-americano. Através de estudo de caso, este artigo aborda o processo de securitização da agenda do desenvolvimento promovida pelo Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura (AIIB) enquanto nova fase da securitização do desenvolvimento da China. Em seu primeiro segmento, recobram-se as bases da teoria da securitização. Após, é exposta a securitização da China, inserindo-a no contexto dos processos de securitização do desenvolvimento e da periferia do capitalismo. O artigo encerra abordando o estudo de caso da agenda do desenvolvimento proposta pelo AIIB.

Palavras-chave: China; Securitização do Desenvolvimento; AIIB.

ABSTRACT

Interpretations of China as a threat to the values and interests of the United States of America (USA) are not new. The perception of China as a threat also concerns the economic growth reached by the Asian country. This process of securitization is, therefore, transposed to the economic development sphere. As a consequence, interrupting Chinese transnational initiatives for development stimulus became an objective for the American State. Using a case study, this paper discusses the process of securitization of the development agenda promoted by the Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB) as a new phase of the securitization of China's development. To so, in its first segment, the theoretical bases for the securitization theory are recovered. Next, the securitization of China is exposed, inserting it in the context of two distinct processes of securitization: the securitization of development; and the securitization of the periphery of capitalism. The last section ends by taking on a case study of the securitization agenda of development proposed by the AIIB.

Keywords: China; Securitization of Development; AIIB.

1. INTRODUÇÃO

O Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura (AIIB) é um Banco Multilateral de Desenvolvimento (BMD) criado por iniciativa da China em 2014, e aberto para operações em janeiro de 2016 (AIIB (2016)). O AIIB foi concebido como mecanismo de financiamento capaz de reunir capital público, que, embora seja predominantemente composto pela China, é angariado por diversos Estados (Hameiri, Jones, 2018; Zhu, 2019, Spellmann, 2020, p. 155-159). Ao início de 2021, o AIIB se apresenta como um banco significativamente consolidado, contando com mais de 70 países-membros (AIIB (2021a)), capital subscrito comparável ao de BMDs estabelecidos

(Spellmann, 2020, p. 161) e ocupando uma posição político-econômica estratégica para a China (Zhu, 2019; Borquez, Naru, 2019).

Em menor escala, o objetivo primordial do AIIB é o de ampliar investimentos setoriais em áreas consideradas de interesse comum dos seus países-membros, notadamente em seguimentos ligados à infraestrutura. O AIIB define-se ainda como um banco de atuação regionalizada, limitando seu enfoque geográfico à Ásia-Pacífico, e representando a materialização de demandas não atendidas por financiamento ao desenvolvimento e por participação decisória na gestão de instituições financeiras multilaterais (AIIB, 2021b).

O processo de constituição do AIIB se deu de forma diferenciada, pertencendo a um contexto singular, que liga as tentativas de retomada do crescimento econômico global nos anos posteriores à Crise Financeira de 2008 e a continuidade do crescimento chinês (Hung, 2017a) às transformações geopolíticas deste período. Exemplos disto são a série de mudanças da política externa estadunidense voltadas à China, que variaram da tática do engajamento para o conflito comercial e tecnológico e, finalmente, a definição da China como ameaça existencial à segurança dos EUA. Este último ponto também envolve, necessariamente, o lugar ocupado pela fundação de um banco de financiamento ao desenvolvimento capitaneado pela China frente à tentativa de isolamento geopolítico protagonizada pelos Estados Unidos da América (EUA) (Hung, 2017b).

A abertura para negócios do AIIB provocou respostas diversas na política internacional. A China obteve rápida adesão de países do seu entorno geográfico já nos meses finais de 2014, e esta adesão logo expandiu-se para países europeus de grande participação no PIB global, como Alemanha, França e Reino Unido. O AIIB também recebeu entre os seus membros fundadores todos os países BRICS. Mais notadamente, ainda em 2015 associaram-se ao AIIB países com acordos de cooperação para a segurança com os EUA fora da Europa, como Austrália, Canadá e Coreia do Sul (Freeman, 2019; AIIB, 2021b).

A China foi inserida no rol estadunidense de ameaças à Segurança Internacional Segurança Internacional e ao ordenamento econômico mundial desde o final dos anos 1980 (Broomfield, 2003; Pan, 2004), intensificando-se nas duas primeiras décadas do século XXI (Yuan, Fu, 2020). Ao mesmo tempo, a retomada do crescimento e o aparecimento de iniciativas multilaterais voltadas ao desenvolvimento nos países da periferia global tem sido recebidas como ameaças ao ordenamento econômico internacional (Lazell, Petrikova, 2019). Recentemente, tem sido notável a tentativa protagonizada pelos EUA e Japão de obstaculizar a fundação do AIIB. Recusando-se à filiação ao banco, estes países passaram a alertar Estados e instituições multilaterais sobre o financiamento ao desenvolvimento protagonizado pelo AIIB e suas conexões a planos secretos de dominação e controle chineses (Freeman, 2019). Tomados em conjunto, estes fatores podem ser conectados a securitização do desenvolvimento.

Através de estudo de caso, este artigo aborda o processo de securitização da agenda do desenvolvimento promovida pelo Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura (AIIB)

enquanto nova fase da securitização do desenvolvimento da China. Para tanto, recobram-se as bases da teoria da securitização em seu primeiro segmento, dialogando com o processo de securitização do desenvolvimento dos países da periferia do capitalismo. Logo após, aborda-se a securitização da China em sentido histórico, de modo a interligá-la ao processo de securitização do desenvolvimento. O artigo encerra abordando o estudo de caso da securitização da agenda do desenvolvimento proposta pelo Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura.

2. A ABORDAGEM CONSTRUTIVISTA DA SEGURANÇA INTERNACIONAL E A SECURITIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA PERIFERIA GLOBAL

Como coloca Malik (2015), a Teoria Construtivista interpreta que capacidades materiais explicam de forma limitada a atuação dos Estados e o poder no plano internacional. Esta seria a fundação da crítica construtivista às abordagens teóricas clássicas das Relações Internacionais (RI) – isto é, as matrizes teóricas liberal e realista –, e foi causa fundante para a revisão construtivista do marco teórico das RI ao longo dos anos 1980 e 1990. Em resposta ao consenso clássico, ao interpretar a política mundial como um produto socialmente construído, a matriz teórica construtivista abarca tanto estruturas materiais como o plano ideacional. No plano internacional, estruturas existentes são capazes de moldar comportamentos dos agentes, ou mesmo suas identidades e interesses, sendo também afetadas de forma reflexa. Portanto, a ênfase mútua em estruturas materiais e ideacionais permite que a interpretação construtivista sobre o poder seja também transposta para a esfera das ideias, numa relação de influência mútua (Malik, 2015).

Reflexos de interpretações sobre as insuficiências das teorias clássicas podem ser encontrados em diversos autores da teoria construtivista, implicando em derivações epistemológicas próprias. Por um lado, a matriz teórica construtivista passa a analisar a influência para a política internacional de objetos distintos daqueles elencados pelas teorias clássicas. Por exemplo, ao definir “poder discursivo” enquanto o poder do conhecimento, das ideias, da cultura e da linguagem, Hopf (1998) conecta o entendimento do poder, algo até então eminentemente material, a matriz ideacional. Wendt (1995) vai além, colocando que o significado do material somente é atribuído através do compartilhamento do conhecimento, o que coloca a comunicação entre indivíduos e seus mecanismos no lugar teórico central. Embora a base teórica wendtiana apresente limitações quanto à abordagem linguística (ver Zehfuss, 2002, p. 10-15), de maneira geral o discurso passa a ter papel central na abordagem construtivista, tendo reflexos diretos em sua abordagem metodológica da realidade.

Uma vez que interações sociais, interpretações subjetivas e o entendimento humano do relacionamento internacional baseiam a construção de narrativas, entende-se que o Construtivismo propõe uma interpretação processual sobre o entendimento da realidade. Tomados em conjunto a transposição destes fundamentos para os Estudos de Segurança Internacional ocorreu com grande influência da Escola de Copenhague dos Estudos de Segurança, através da Teoria da Securitização. Como coloca Malik (2015), a Teoria da Securitização tem sua base na obra *People, States and Fear*, de Barry Buzan (1983). O lugar histórico da obra de Buzan

está na tentativa de expansão da base epistemológica dos estudos de Segurança Internacional, oferecendo abordagens interconectadas sobre questões até então pouco abordadas nas teorias tradicionais das relações internacionais. É neste sentido que, dentre as matrizes oferecidas aos estudos de Segurança Internacional em *People, States and Fear*, este estudo destaca a análise da matriz econômica enquanto objeto para os Estudos de Segurança.

Ao colocar o estudo do discurso como peça central da Teoria da Securitização, seus elaboradores passam a estabelecer a análise qualitativa de conteúdo como uma forma para examinar como questões sociais de pouca relevância passam a ocupar o discurso público e a agenda estatal, buscando seus reflexos no conteúdo de discursos políticos de chefes de estado e do alto escalão governamental ou no de jornalistas e articulistas capazes de formar opiniões com ampla recepção social (Buzan *et al.*, 1998). É neste sentido que se interpreta que o processo de transformação da realidade em objetos de segurança passa pela formação da percepção de ameaça (Malik, 2015).

A fluidez própria da Teoria da Securitização proporciona maior facilidade na migração entre objetos de estudo no momento em que a ameaça soviética desaparecia. O escopo dos estudos de SI passa para novas ameaças no limiar da década de 1980, com novos atores ocupando o lugar de ameaças estabelecidas, a despeito de suas comparavelmente limitadas capacidades bélicas (Broomfield, 2003; Pan, 2004). Cria-se também uma versão alternativa à compreensão estadocêntrica de ameaça, com atores não-estatais figurando como objetos da securitização (Malik, 2015).

Ao mesmo tempo em que esta readequação dos objetos de segurança possibilitou a abordagem de novas temáticas aos estudos de Segurança Internacional, isso também abriu espaço para novas abordagens a respeito de objetos estabelecidos. Estados passaram a ser interpretados também por fatores outros além do poderio militar, população e de questões geográficas (Buzan *et al.*, 1998).

A inserção da economia como objeto de análise também permite que processos de transformação econômica sejam analisados sob a matriz da SI, o que torna possível a adesão do desenvolvimento enquanto objeto ligado ao conflito. O final da Guerra Fria presenciou um crescimento significativo no interesse entre o relacionamento entre o desenvolvimento e a segurança (Lazell, Petrikova, 2019). Por um lado, o desaparecimento do conflito bélico-ideológico entre EUA e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) proporcionou a expansão teórica do campo de estudos da Segurança Internacional mencionada acima (Buzan *et al.*, 1998). Por outro, os arranjos geopolíticos mantidos ao longo dos anos finais da Guerra Fria puderam ser alterados, afinal a ameaça sistêmica aos EUA e ao capitalismo em escala global havia sido eliminada. De acordo com Broomfield (2003) e Pan (2004), houve novo ímpeto da percepção da República Popular da China como ameaça a partir do final dos anos 1980. A percepção no Ocidente

do Massacre da Praça da Paz Celestial², em 1989, e a rearticulação da liderança do Partido Comunista Chinês por Deng Xiaoping no mesmo ano trouxeram à tona interpretações que questionavam a estratégia do engajamento como forma de abertura gradual da China (Pan, 2004).

Sob influência da ascensão do neoliberalismo nas RI nos anos 1990, os EUA passaram por uma rearticulação ideológica em sua política externa. Uma vez que o país se tornou a superpotência remanescente, entraves materiais experimentados anteriormente à projeção estadunidense no mundo foram retirados (Mendonça *et al.*, 2019). O triunfalismo da geopolítica estadunidense esteve casado à transposição da matriz ideológica neoliberal no campo econômico. Agências de financiamento internacional e organizações multilaterais foram significativamente impactadas em sua gestão, afetando a maneira pela qual a concessão do financiamento ao desenvolvimento era feita (Pereira, 2014). Isto ocorreu num contexto em que os países da periferia e semiperiferia global estavam economicamente abalados, como a crise a dívida externa, altas inflacionárias, crises de balanço de pagamentos e erosão cambial (Saad-Filho, 2015). A partir deste processo, o desenvolvimento econômico passa a ser visto como um ideal sob revisão, questionado em seus fundamentos. O desenvolvimento seria alcançado pela liberalização de mercados e apagamento de barreiras tarifárias, pela integração da economia doméstica à produção mundial e pela retirada do Estado do seu papel de promotor da atividade econômica.

O desenvolvimento econômico é, portanto, dissuadido tanto suas fundações ideológicas e político-econômicas como também na sua implementação via políticas públicas. Processos autônomos de desenvolvimento foram desacreditados, e países que neles se inseriram passaram a adotar, em maior ou menor grau, parte do discurso e das práticas promovidas por organismos de financiamento multilateral, capitaneados pelos EUA (Lazell, Petrikova, 2019). Este foi o caso tanto para países que pertenciam ao bloco do “socialismo real”, como os países do Leste Europeu e as ex-Repúblicas Soviéticas, como também por países que apresentaram processos de desenvolvimento autônomos, como os Estados socialistas no Leste Asiático ou mesmo países da semiperiferia global (Lazell, Petrikova, 2019). O desenvolvimento chinês foi perpassado por este contexto. Entretanto, um exame da securitização do desenvolvimento da China se faz necessário, e está exposto no item a seguir.

3. A SECURITIZAÇÃO DA CHINA EM SENTIDO HISTÓRICO

A construção da imagem da China enquanto ameaça aos EUA possui suas origens na transposição para o continente asiático da lógica colonial. De maneira contextual, ela tem origem no século XVIII, com o avanço das reflexões do liberalismo clássico sobre o então Império Qing (Persaud, 2019). Também possuem lugar histórico o avanço do neocolonialismo e de ideologias raciais de base spenceriana em relação à China. A série de guerras travadas ao longo dos séculos XIX e XX pelos países europeus, pelos EUA e pelo Japão contra a China agravaram questões político-sociais internas, provocando níveis de destruição da vida em sociedade em grande escala

² A respeito da construção política do discurso estadunidense neste evento, ver Klever (2010).

(Spence, 1990). Estas reflexões demonstram que as interpretações da China enquanto ameaça não começam com a revolução chinesa. Ao contrário: a construção deste imaginário relativo à China a precede, sendo reatualizado em ocasião da revolução socialista no país.

A visão contextual da China enquanto ameaça é revigorada a partir da revolução chinesa e da rearticulação do posicionamento geopolítico estadunidense no continente asiático. Ao mesmo tempo em que a guerra civil chinesa reverbera na rearticulação de movimentos revolucionários em países como Mianmar, Vietnã, Camboja, Indonésia e Coréia (Spence, 1990), a nova postura geopolítica americana, sob forte influência da teoria da contenção (Broomfield, 2003), propôs um arranjo estratégico em que, paralelamente, o desenvolvimento econômico foi entendido como uma alternativa para conter revoluções na Ásia. Paralelamente, os EUA promoveram formas de intervenção direta e indireta na organização política interna dos países da periferia global (Hung, 2016). Durante este período, os EUA também interviram na República Popular da China, seja através do apoio bélico-econômico dos EUA ao governo republicano chinês durante e após a guerra civil chinesa (Spence, 1990).

A transformação da imagem de ameaça da China se deu de forma relacionada a duas rearticulações geopolíticas no continente asiático: o rompimento das relações sino-soviéticas em 1960 e a aproximação entre EUA e China nos anos 1970 (Spence, 1990). A reaproximação sino-estadunidense ocasionou mudanças significativas no posicionamento estratégico da Guerra Fria no continente asiático, ao mesmo tempo em que abriu espaço de manobra para a China ao reduzir o seu isolamento geoeconômico e diplomático (Hung, 2017b).

Em sua rearticulação geopolítica nos anos 1990, os EUA perpassaram a implementação da tática do engajamento pautada pela hegemonia neoliberal. Em linhas gerais, esta tática interpretava que o maior intercâmbio de ideias e mercadorias promoveria a abertura política na China (Hung, 2017b; Lazell, Petrikova, 2019). Pan (2004) coloca que o engajamento foi questionado por diversos periódicos de linha conservadora estadunidenses já nos anos 1990. Estes intelectuais promoveram a reconstrução da ideia de ameaça da China aos interesses dos EUA na Ásia, dando forma a securitização do desenvolvimento do país asiático. Um dos focos principais desta abordagem foi o inevitável ressurgimento da China como uma potência regional, o que necessariamente levaria o país a questionar o seu status geopolítico, buscando uma revisão do *status quo* da ordem liberal do pós-Guerra Fria. Broomfield (2003) também retrata a interpretação estadunidense da possibilidade de certo revanchismo em relação ao que viria a se convencionar como *o século de humilhação* na história chinesa – isto é, os cerca de 100 anos de destruição contínua nacional.

Em linhas gerais, a prevalência da política do engajamento partindo dos EUA perdurou ao longo dos anos 1990 e 2000, perpassando importantes marcos político-econômicos na China e no continente asiático. Na China, a continuidade do processo de reforma e abertura integrou uma série de reformas na estrutura do Estado e da economia (ver Hung, 2016), ao mesmo tempo em que manteve o patamar de crescimento econômico em meio à crises econômicas. O objetivo

parcial destas reformas foi o de alcançar a filiação da China à Organização Mundial do Comércio em 2001. Neste período, duas questões permaneceram condicionando a formação do conceito de ameaça da China (Pan, 2004). Primeiro, o engajamento não surtiu o efeito esperado pelos EUA: embora a China tenha se integrado significativamente a produção mundial, esta integração não repercutiu numa abertura democrática nos moldes esperados pelo liberalismo. Também permaneceu ativa a dinâmica de enfrentamento entre China e EUA no litoral próximo ao país asiático, com incidentes militares em 1995 e 2001 no estreito de Taiwan.

A estratégia estadunidense para o enfrentamento da China foi alterada a partir da Administração Obama. Textos como o de Clinton (2011) recobravam valores próprios do ideário de destino manifesto, enquanto promoviam que a defesa dos valores estadunidenses na Ásia dependia necessariamente do exercício de poder do país na região. Esta nova era de envolvimento dos EUA na Ásia passou a ser pontuada por questionamentos a respeito do choque iminente entre as políticas externas dos Estados Unidos e da China nos anos seguintes (Yuan; Fu, 2020).

Uma série de medidas voltadas ao fortalecimento da segurança nacional foram tomadas após a ascensão à chefia do Partido Comunista da China de Xi Jinping. No plano econômico, uma série de iniciativas voltadas ao engajamento da China com o desenvolvimento do seu entorno geográfico foram criadas, como a Iniciativa do Cinturão e Rota ou o Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura (Bustillo, Andoni, 2018). Em 2014 foi criada a Comissão Central de Segurança Nacional, delimitando onze iniciativas voltadas a segurança, entre as quais segurança econômica e de recursos. Em paralelo, a presença militar chinesa no Mar do Sul da China e nas ilhas Ryukyu proporcionaram o reaparecimento de tensões em toda a região, que se tornou palco para a rearticulação estadunidense em seu isolamento estratégico da China (Hough, Malik, 2015).

Finalmente, foi alcançada certa culminância com o estabelecimento da China como uma potência revisionista na Estratégia de Segurança Nacional dos EUA em dezembro de 2017, denotando a China como um “competidor estratégico” no sumário publicado da Estratégia Nacional de Defesa no ano seguinte, dando tom econômico ao enfrentamento de ambos os países e definindo este conflito como algo que seria definido no longo prazo. Estas medidas foram seguidas pela determinação de uma série de elevações tarifárias e sanções econômicas, dirigidas a empresas, instituições, políticos e organizações ligadas ao Estado Chinês ou ao PCCh (Yuan; Fu, 2020).

4. A SECURITIZAÇÃO DO AIIB: RETORNO À SECURITIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO?

A criação da imagem de ameaça da China permitiu que fosse transposto para a dinâmica do desenvolvimento o conflito geopolítico, determinando a sua securitização. O papel da esfera do discurso na construção da ameaça promovida pelo AIIB perpassou tanto o discurso oficial de membros das administrações Obama, Trump e Biden, como também foi exercido por intelectuais

e formadores de opinião localizados nos EUA³ (Yuan, Fu, 2020). O debate sobre o AIIB chamou significativa atenção, na medida em que, dada a incapacidade estadunidense de barrar a inauguração do banco (Jones, Hameiri, 2018), esta discussão protagonizou uma mudança continuada da abordagem dos EUA ao banco multilateral de origem chinesa (Freeman, 2019).

Yuan e Fu (2020) evidenciam que a prevalência do entendimento de que a China busca suplantar a hegemonia estadunidense no Sistema Internacional permite que estruturas como a Iniciativa do Cinturão e Rota ou o AIIB sejam interpretadas como ameaças a ordem mundial controlada pelos EUA e não como bens públicos globais fornecidos prioritariamente pela China.

Três momentos distintos podem ser demarcados na criação da imagem de ameaça do AIIB. As primeiras descrições do banco o colocavam como um órgão cujo objetivo era suplantar o Banco Mundial, ocupando o seu lugar de prevalência no financiamento multilateral⁴. Um segundo momento pode ser observado em março de 2015, quando ocorre a filiação de diversos países europeus ocidentais ao banco. Os meses seguintes veem a repetição deste padrão, agora com a filiação de outras grandes economias que possuem relações diplomáticas estreitas com os EUA⁵. Em ambas as ocasiões, a atuação da administração Obama é vista como ineficiente perante uma ameaça à ordem internacional.

O sucesso chinês na filiação ao AIIB parece ter feito o argumento pela sua contenção ser deixado de lado. Fala-se que, embora o mundo controlado pela finança estadunidense esteja desaparecendo, não se deve colocar no lugar uma estrutura que, além de descentralizada, é gerida sem que sejam atendidos critérios mínimos de governança, atendendo padrões internacionais de financiamento multilateral relativo a condições de trabalho, meio ambiente e transparência. Isto dá margem a um terceiro momento a partir de meados de 2015. Ressurge certo argumento em favor do engajamento entre China e EUA, o qual deveria se dar também na esfera do financiamento multilateral. Nestes posicionamentos, é prevalente que a China deveria aderir aos critérios estabelecidos para concessão de empréstimos internacionais⁶.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da evolução do discurso em relação ao AIIB demonstra que houve certa tentativa de transposição da imagem da “ameaça chinesa” para o banco. Isso ocorreu predominantemente em 2014 e nos primeiros meses de 2015. Sem surtir maiores efeitos, aliados dos EUA rapidamente filiaram-se ao banco.

A mudança no discurso parece acatar que o momento de combater a formação do AIIB passou. Deve-se, portanto, reorientar o discurso público para uma defesa do engajamento com a

³ A título de exemplo:

⁴ Neste sentido, ver: Ratner (2014), Subacchi (2015) e Smith (2015).

⁵ Para artigos sobre a filiação dos países europeus ao AIIB, ver: Runde (2015) e Mirski (2015). Para artigos tratando sobre a filiação de Estados aliados aos EUA, ver: Roach et Al. (2015); Subramanya (2015) e Raby (2015).

⁶ Neste sentido, ver: Trindle (2015), Liao (2015) e Luft (2017).

China através do financiamento multilateral. Ou seja, embora não se tenha conseguido fincar uma imagem de ameaça em relação ao AIIB, a relação estreita do banco de desenvolvimento com a China deve ser vista com cautela, convocando aliados inseridos no banco para limitarem o controle chinês da instituição.

O que se vê é que é preservada a imagem de ameaça chinesa, que se expressaria em sua tentativa de influenciar o desenvolvimento de outros países. Em linhas gerais, embora não se insista no argumento de contenção do AIIB, o desenvolvimento está em processo de securitização, passando-se a utilizar outros mecanismos de atuação. Exemplos disto podem ser encontrados nas novas limitações de acesso ao crédito internacional impostas à China pelo Banco Mundial e pelo Banco do Desenvolvimento Asiático, ou mesmo na recente criação pelos Estados Unidos do Financeira Internacional Americana para o Desenvolvimento (*United States International Development Finance Corporation - DFC*) em dezembro de 2019.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB) (2016) *AIIB Open for Business*. Jin Liqun Elected as first President. Disponível em: https://www.aiib.org/en/news-events/news/2016/20160116_002.html Acesso em: 13 de mar. de 2020.

Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB) (2021a). *Members and Prospective Members of the Bank*. Disponível em: <https://www.aiib.org/en/about-aiib/governance/members-of-bank/index.html> Acesso em: 19 de fev. de 2020.

Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB) (2021b). *Articles of Agreement*. Disponível em: <https://www.aiib.org/en/about-aiib/basic-documents/articles-of-agreement/index.html> Acesso em: 16 de fev. de 2021.

Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB) (2021c). *Our Projects*. Disponível em: <https://www.aiib.org/en/about-aiib/basic-documents/articles-of-agreement/index.html> Acesso em: 06 de fev. de 2021.

Borquez, A. Naru, F. (2019) “El Banco Asiático de Inversión en Infraestructura apuntando al camino del medio: uniéndose a las filas de los Bancos Multilaterales de Desarrollo, pero con características chinas”. *Estudos Internacionais*, 7(3), pp. 103-120.

Broomfield, E. V. (2003) “Perceptions of Danger: The China Threat Theory. *Journal of Contemporary China*, 12(35), pp. 265-284. DOI: 10.1080/1067056022000054605

Bustillo, R. Andoni, M. (2018) “China, the EU and Multilateralism: the Asian Infrastructure Investment Bank”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 61(1), pp. 1-19. <https://doi.org/10.1590/0034-7329201800108>

Buzan, B. (1983) *People, States and Fear: The National Security Problem in International Relations*. Wheatsheaf Books Ltd., Brighton, Sussex.

Buzan, B. Waeber, O. Wilde, J. (1998) *Security: A New Framework for Analysis*. Lynne Rienner Publishers, Boulder, CO.

Clinton, H. (2011) *America's Pacific Century*. *Foreign Policy*, 11 de out. de 2011. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2011/10/11/americas-pacific-century/> Acesso em: 15 de fev. de 2021.

Freeman, C. (2019) "Constructive Engagement? The US and the AIIB". *Global Policy*, 10(4), pp. 667-676. DOI:10.1111/1758-5899.12764

Hopf, T. (1998) "The Promise of Constructivism in International Relations Theory". *International Security*, 23(1), pp. 171-200.

Hough, P. Malik, S. (2015) "China: Security and Threat Perceptions". In: HOUGH, P. MALIK, S. MORAN, A. PILBEAM, B. *International Security Studies, Theory and Practice*. Abington: Routledge, pp. 358-365.

Hung, H. (2017a). "A Ascensão da China, a Ásia e o Sul Global". *Revista de Economia Contemporânea*, 22(1), pp. 1-22.

Hung, H. (2017b). "Hegemonic Crisis, Comparative World-Systems, and the Future of Pax Americana". *Journal o World-Systems Research*, 23(2), pp. 637-648.

Hung, H. (2016). *The China Boom: why China will not Rule the World*. Columbia University Press, New York, NY.

Jones, L. Hameiri, S. (2018). "China Challenges Global Governance? Chinese International Development Finance and the AIIB". *International Affairs*, 94(3), pp. 573-593.

Klever, R. (2010). "Rhetorical Trajectories of Tiananmen Square", *Diplomatic History*, 34(1), pp. 71-94. DOI: 10.1111/j.1467-7709.2009.00833.x

Lazell, M. Petrikova, I. (2019) "Is Development Aid Securitized? Evidence from Cross-Country Examination of Aid Commitments". *Development Policy Review*, 38(3), pp. 323-343.

Liao, R. (2015) "Out of the Bretton Woods: how the AIIB is Different". *Foreign Affairs*. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/asia/2015-07-27/out-bretton-woods/> Acesso em: 20 de fev. de 2021.

Luft, G. (2015) A New Way to Hold the U.S.-China Relationship Together. *Foreign Policy*, 23 de mar. de 2015. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2017/01/10/a-new-way-to-hold-the-us-china-relationship-together-infrastructure-cooperation-not-climate-aiib-end-of-kumbaya/> Acesso em: 27 de fev. de 2021.

Malik, S. (2015) "Constructing Security". In: HOUGH, P. MALIK, S. MORAN, A. PILBEAM, B. *International Security Studies, Theory and Practice*. Routledge, Abingdon.

Mendonça, F. Thomaz, L F. Lima, T. Vigevani, T. (2019) "'America First but not Alone": uma (nem tão) nova Política Comercial dos Estados Unidos com Donald Trump'. *Revista Tempo do Mundo*, 5(1), pp. 107-141.

Mirski, S. (2015) "Checkmate: China's New Bank Wins Over U.S. Allies". *The National Interest*. 30 de mar. de 2015. Disponível em: <https://nationalinterest.org/feature/checkmate-chinas-new-bank-wins-over-us-allies-12506> Acesso em: 20 de mar. de 2021.

Pan, C. (2004) The "'China Threat' in American Self-Imagination: The Discursive Construction of Other as Power Politics'. *Alternatives*, Vol. 29, pp. 305-331.

Pereira, J. M. M. (2014). "Banco Mundial: dos Bastidores aos 50 anos de Bretton Woods (1942-1994)". *Topoi*, 15(29), pp. 527-564. DOI: 10.1590/2237-101X015029006

Persaud, R. B. (2019). "Killing the Third World: Civilisational Security as US Grand Strategy". *Third World Quarterly*, 40(2), pp. 266-283.

Raby, Geoff. (2015) "China's AIIB Bank. Part of a Much Bigger Master Plan". *The National Interest*. 30 de mar. de 2015. Disponível em: <https://nationalinterest.org/blog/the-buzz/chinas-aiib-bank-part-much-bigger-master-plan-12748> Acesso em: 20 de mar. de 2021.

Ratner, E. (2014). "Making Bank". *Foreign Policy*, 26 de mar. de 2014. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2014/10/23/making-bank/> Acesso em: 25 de fev. de 2021.

Roach, S. S. Zha, D. Kennedy, S. (2015). "Chiovanec, Patric. Washington's Big China Screw-up". *Foreign Policy*, 26 de mar. de 2015. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2015/03/26/washingtons-big-china-screw-up-aiib-asia-infrastructure-investment-bank-china-containment-chinafile/> Acesso em: 20 de fev. de 2021.

Runde, D. (2015) Britain Launches European Rush to Join AIIB. Now What? *Foreign Policy*, 17 de mar. de 2015. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2015/03/17/uk-washington-china-world-bank/> Acesso em: 27 de fev. de 2021.

Saad-Filho, A. (2015). "The Rise of the South". In: PRADELLA, L.; MAROIS, T.; *Polarizing Development: Alternatives to Neoliberalism and the Crisis*. London: Pluto Press, pp. 62-74.

Sakaguchi, Y. (2019) "Japan Pushes Asian Development Bank to end China Loans". *Financial Times*, 30 de abr. 2019. Disponível em: <https://www.ft.com/content/4dff8fde-6729-11e9-a79d-04f350474d62> Acesso em: 10 de fev. de 2021.

Smith, J. M. (2015) "Beware China's Grand Strategy". *Foreign Affairs*. 05 de mai. 2015. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2015-05-20/beware-chinas-grand-strategy> Acesso em: 27 de fev. de 2021.

Spellmann, S. (2020) *O Capital Chinês e o Imperialismo no Século XXI: o papel do Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura na internacionalização do capital chinês no Sudeste Asiático (2013 – 2019)*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. Universidade Estadual da Paraíba: Campus V – João Pessoa, 2020.

Spence, J. D. (1990) *The Search for Modern China*. W. W. Norton, New York, NY.

Subacchi, P. (2015) “The AIIB is a Threat to Global Economic Governance”. *Foreign Policy*. 31 de mar. 2015. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2015/03/31/the-aiib-is-a-threat-to-global-economic-governance-china/> Acesso em: 27 de fev. 2021.

Subramanya, R. (2015) “Is the Asian Infrastructure Investment Bank Good for India?” *Foreign Policy*, 15 de abr. de 2015. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2015/04/15/is-the-asian-infrastructure-investment-bank-good-for-india-coal-china/> Acesso em: 27 de fev. de 2021.

Trindle, J. (2015) “If You Can’t Beat ‘Em, Join ‘Em?”. *Foreign Policy*, 23 de mar. de 2015. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2015/03/23/china-asian-infrastructure-investment-bank-development-world-bank/> Acesso em: 27 de fev. de 2021.

Wendt, A. (1995). “Constructing International Politics”. *International Security*, 20(1), pp. 71-81.

Yuan, Z. Fu, Q. (2020) “Narrative Framing and the United States’ Threat Construction of Rivals”. *The Chinese Journal of International Politics*, 13(3), pp. 419-453. DOI: 10.1093/cjip/poaa008

Zehfuss, M. (2002). *Constructivism in International Relations: The Politics of Reality*. Cambridge University Press, Cambridge, UK.

Zhu, J. (2019) “Is the AIIB a China-controlled Bank? China’s Evolving Multilateralism in Three Dimensions (3D)”. *Global Policy*, 10(4), pp. 653-659. DOI:10.1111/1758-5899.12763